



Simulado Especial

# TRF 1

TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA ADMINISTRATIVA - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Especial TRF-1 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FzYgYm7oEfDiiXaF7>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/vuXt>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**01.** Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) O céu estava limpo e azul na manhã de primavera.
- b) Atenção! Leia o manual antes de operar a máquina.
- c) Ela gosta de ouvir música enquanto estuda.
- d) O livro que você me emprestou é muito interessante.
- e) O cachorro dormia tranquilamente no sofá.

**02.** Identifique a frase com sentido figurado entre as alternativas abaixo:

- a) Os cientistas, após anos de pesquisa, finalmente revelaram o mistério das escrituras.
- b) As flores do jardim floresceram com um colorido exuberante na primavera.
- c) A política do novo diretor foi um sopro de vida na empresa.
- d) Durante a tempestade, os trovões reverberavam no céu.
- e) O gato dormiu o dia inteiro na cama.

**03.** Assinale a opção em que ocorre paralelismo sintático.

- a) Ela gosta de cantar, de gastronomia e de viajar.
- b) É importante que as pessoas se programem em relação à saúde e financeiramente.
- c) A vida financeira é saudável quando possibilita equilíbrio, segurança e realizar nossos sonhos.
- d) Para o jantar, ele preparou salada, assou um frango e fez uma sobremesa.
- e) A empresa busca melhorar a produtividade, reduzir custos e que os clientes fiquem satisfeitos.

**04.** Uma das leis da textualidade é a coerência; a frase abaixo em que a coerência está presente é:

- a) Passar muito tempo estudando é preguiça.
- b) Nenhum morador morreu em função do desabamento, exceto o morador do andar térreo.
- c) A razão é um sol severo: ilumina, mas cega.
- d) O salário foi pago numa única parcela.
- e) Comprou no mercado a mesma fruta de ontem.

**05.** Assinale a opção em que a inferência é adequada.

- a) João não apareceu na festa / Deve ter viajado para o exterior.
- b) A janela estava aberta quando cheguei / Alguém entrou pela porta.
- c) O chão da cozinha estava molhado / Alguém deve ter derrubado um balde de tinta.
- d) A sala estava iluminada e decorada com balões / Haverá uma reunião de negócios.
- e) Marcos estava tossindo e espirrando muito / Ele deve estar resfriado.

**06.** Assinale a frase abaixo que exemplifica uma interrogação indireta.

- a) Quando ela vai terminar o relatório?
- b) Eles estão planejando viajar no próximo mês.
- c) Gostaria de saber se ele vem à reunião.
- d) Por que eles não responderam ao e-mail?
- e) O projeto foi concluído ontem à noite.

**07.** Assinale a opção que não apresenta uma opinião.

- a) A nova política de reciclagem é a melhor iniciativa que a empresa já teve.
- b) Os alunos estudaram muito para a prova, e todos obtiveram boas notas.
- c) Aquela foi a decisão mais corajosa do presidente.
- d) Acredito que a tecnologia está avançando rápido demais.
- e) Há muita gente atrapalhando a vida do presidente, inclusive o próprio presidente.

**08.** Assinale a opção em que a conjunção "e" mostra valor diferente das demais.

- a) Ela terminou o relatório e enviou para o chefe.
- b) Acordei cedo e fui para a academia.
- c) Ele não estudou para a prova e tirou uma nota baixa.
- d) Fui ao supermercado e comprei frutas frescas.
- e) O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza.

**09.** Essa frase encontra-se em discurso direto; se ela for colocada em discurso indireto, a forma adequada seria:

- a) Ana disse que aquele lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar lá.
- b) Ana diz que este lugar é maravilhoso, e ela adorasse voltar aqui.
- c) Ana falou: "Aquele lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar aqui."
- d) Ana diz que este lugar é maravilhoso, e ela adoraria voltar aqui.
- e) Ana disse que esse lugar era maravilhoso, e ela adoraria voltar ali.

**10.** Todas as frases abaixo mostram uma função da linguagem predominante; a frase em que predomina a função referencial, é:

- a) O relatório apresenta os dados da pesquisa e analisa os resultados obtidos.
- b) Que bela paisagem! Esta é a vista mais incrível que já vi.
- c) Por favor, feche a porta ao sair e apague as luzes.
- d) Amo quando você sorri e me olha com carinho.
- e) Felicidade é algo por que se luta sem saber claramente o que seja.

**11.** Entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra o acento grave indicativo da crase num contexto em que seu uso é optativo.

- a) O amanhã será cancelado devido a falta de interesse.
- b) No restaurante, pedimos angu à baiana.
- c) Voltaremos para casa até às 19 horas.
- d) O evento será às 18 horas no auditório principal.
- e) O fumo é prejudicial à saúde.

**12.** Uma das regras do emprego da vírgula é sua utilização para marcar uma oração adverbial antecipada, como na seguinte frase:

- a) Depois de um longo dia de trabalho, Ana chegou à festa.
- b) A Álgebra, importante parte da matemática, teve influência de várias culturas.
- c) Ele não precisa de um psicólogo, mas sim de um psiquiatra.
- d) O carro quebrou na estrada, enquanto voltava para casa.
- e) Se dinheiro não fosse um empecilho, viveria viajando.

**13.** A frase abaixo que está na ordem direta é:

- a) Deixou-o intrigado o livro que estava lendo.
- b) Quando o sol se põe, o mundo se transforma.
- c) Pisado, o menor verme se revira.
- d) O professor explicou a lição com clareza.
- e) Durante a noite, ouvem-se os sons da floresta.

**14.** A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- a) João viu o Pedro no parque com binóculos.
- b) As folhas do caderno despencaram.
- c) O cachorro correu atrás do gato no jardim.
- d) O novo computador custou mais caro que o outro.
- e) Ela leu o livro na cama antes de dormir.

- 15.** Entre os fragmentos textuais listados a seguir, assinale aquele que pode ser classificado como descritivo.
- a) O menino correu pelo campo e sentiu a liberdade nos pulmões.
  - b) Nunca levante a mão para uma criança. Você deixa seu abdômen desprotegido.
  - c) A paciência é uma virtude. A maturidade nos faz tolerantes e experientes.
  - d) O garoto era magro e tinha uma vivacidade de rapaz com perfeita saúde.
  - e) Ele chegou atrasado e não conseguiu participar da reunião importante.
- 16.** Todos os textos abaixo mostram um tipo de raciocínio empregado em textos argumentativos. A opção em que o tipo de raciocínio está corretamente identificado é:
- a) “A crise econômica é um problema que preocupa a todos; a Europa tem países com uma alta taxa de inflação, assim como os Estados Unidos” / estratégia de analogia.
  - b) “Afirmamos que a Terra gira ao redor do Sol porque, baseados nas teorias de Copérnico, podemos provar.” / estratégia de exemplificação.
  - c) “O automóvel ecológico Opel Twin reduz o consumo de combustível. O objetivo, em cifras: não consumir mais de 3,5 litros de combustível por cada 100 quilômetros” / estratégia de citação de dados.
  - d) “Da mesma forma que nos aprofundamos em ciências, devíamos aprofundar-nos em humanidades” / estratégia de causa e consequência
  - e) “Choveu muito durante toda a madrugada; as ruas devem estar inundadas” / estratégia de analogia
- 17.** Assinale a opção que mostra uma frase em que o deslocamento de termos modifica o seu sentido original.
- a) Tudo é enigma e problema neste mundo / Tudo neste mundo é enigma e problema.
  - b) Infelizmente as metas não foram atingidas / As metas infelizmente não foram atingidas.
  - c) O maior desafio atualmente é a sustentabilidade / Atualmente o maior desafio é a sustentabilidade.
  - d) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.
  - e) No século 19, os trabalhadores decidiram combater o progresso tecnológico / Os trabalhadores decidiram, no século 19, combater o progresso tecnológico.
- 18.** Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação. Assinale a opção em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.
- a) As leis ruins são a pior espécie de tirania.
  - b) O rapaz era muito simpático com todos os vizinhos.
  - c) Os homens são tomados pela ambição e pelo desejo de glória eterna.
  - d) Ela ficou triste ao saber da notícia.
  - e) Os partidos políticos no Brasil existem desde o século XIX.
- 19.** Assinale a opção que apresenta a frase em que os dois termos sublinhados não são antônimos.
- a) O dia estava claro, mas a noite ficou escura.
  - b) Se alguém começa algo com certeza, terminará com dúvidas.
  - c) A palavra é dom de todos; a sabedoria cabe a poucos.
  - d) Os ignorantes julgam a interioridade a partir da exterioridade.
  - e) Ele mostrou ser corajoso, embora todos acreditassem que fosse medroso.

**20.** Todas as frases abaixo mostram a estrutura de uma definição, mas a única que corresponde, de fato, a uma definição, é:

- a) Determinação é ter a paixão em fazer produtos cada vez melhores.
- b) A renda fixa é o melhor investimento para o futuro.
- c) Amor é um sentimento profundo que une duas pessoas.
- d) Um lar sem um cachorro não é um lar.
- e) Contenção é quando a raiva empata com a educação

### **RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

*Eduardo Mocellin*

**21.** Maria Cecília e Antônio são casados, e os dois trabalham. Mensalmente, eles ganham juntos R\$ 6.150,00. Se apenas Antônio receber um aumento de 10%, a renda dos dois passará a ser de R\$ 6.510,00. Nessa situação hipotética, o salário de Maria Cecília, em reais, é:

- a) 2.550,00
- b) 2.928,00
- c) 3.120,00
- d) 3.381,00
- e) 3.600,00

**22.** Para entrar em território americano, três brasileiros, três mexicanos e quatro bolivianos devem formar uma única fila, de modo que pessoas de uma mesma nacionalidade estejam sempre juntas. O número de maneiras distintas de se formar essa fila é:

- a) 108
- b) 864
- c) 2.520
- d) 5.184
- e) 8.640

**23.** Uma grandeza  $x$  é inversamente proporcional a  $y + 3$ . Sabe-se que  $y = 4$  quando a grandeza  $x$  é 3. O valor de  $y$  quando  $x = 2$  é:

- a) 5,5
- b) 6,0
- c) 6,5
- d) 7,0
- e) 7,5

**24.** Considere a seguinte afirmação:

"Todo concursado é ansioso e as provas estão cada vez mais difíceis."

Uma afirmação que corresponde à negação lógica desta é:

- a) Todo concursado não é ansioso e as provas não estão cada vez mais difíceis
- b) Todo concursado não é ansioso ou as provas estão cada vez mais difíceis
- c) Algum concursado é ansioso ou as provas não estão cada vez mais difíceis.
- d) Algum concursado não é ansioso e as provas não estão cada vez mais difíceis.
- e) Algum concursado não é ansioso ou as provas não estão cada vez mais difíceis.

**25.** Um pentágono, um hexágono e um octógono, todos eles regulares, têm lados em centímetros dados por números inteiros. Sabendo-se que os perímetros dessas figuras são iguais, o menor valor possível, em centímetros, para o perímetro dessas figuras é:

- a) 80
- b) 120
- c) 180
- d) 240
- e) 320

26. Jeremias é 25% mais alto do que Adalberto, que, por sua vez, é 40% mais baixo do que Norberto. Sabendo-se que a soma das alturas dos três é 37,6 decímetros, o número inteiro, em decímetros, que mais se aproxima da altura de Adalberto é:

- a) 9
- b) 10
- c) 11
- d) 12
- e) 13

### **NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**

*André Rocha*

27. Um deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais concebeu um projeto de lei estadual que considera como cruéis as práticas do Rodeio e da Vaquejada, objetivando proibi-las em todo o território mineiro. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir:

- a) Embora a Vaquejada seja proibida no território brasileiro, não é considerada uma prática cruel aos animais por expressa previsão em lei federal.
- b) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada constituem práticas vedadas no território brasileiro porque submetem os animais à crueldade.
- c) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada, bem como suas respectivas expressões artísticas e esportivas, são reconhecidas como manifestações culturais integrantes do patrimônio cultural brasileiro e, portanto, não são consideradas práticas cruéis.
- d) Não há lei federal que regule as práticas do Rodeio e da Vaquejada em território nacional, sendo constitucional lei estadual que as proíba.
- e) Embora o STF já tenha declarado a constitucionalidade da prática do Rodeio no Brasil, a Vaquejada é atividade vedada em virtude de descumprimento do preceito constitucional de proteção ao meio ambiente.

28. A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, exceto:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- b) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades de manipulação de material genético.
- c) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- d) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- e) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

**29.** A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa, buscando garantir que o desenvolvimento econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global.

Os objetivos alcançados pela PNMC devem se harmonizar com o desenvolvimento sustentável buscando o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. Para viabilizar o alcance destes objetivos, o texto institui algumas diretrizes, como fomento a práticas que efetivamente reduzam as emissões de gases de efeito estufa e o estímulo a adoção de atividades e tecnologias de baixas emissões desses gases, além de padrões sustentáveis de produção e consumo.

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos e definições da PNMC.

- a) Mudança do clima é a mudança no meio físico ou biota que tenha efeitos deletérios significativos sobre a composição, resiliência ou produtividade de ecossistemas naturais e manejados, sobre o funcionamento de sistemas socioeconômicos ou sobre a saúde e o bem-estar humanos.
- b) Gases de efeito estufa são os constituintes gasosos, naturais ou antrópicos, que, na atmosfera, absorvem e reemitem radiação infravermelha.
- c) Fonte é a liberação de gases de efeito estufa ou seus precursores na atmosfera numa área específica e num período determinado.
- d) Efeitos adversos da mudança do clima são os efeitos da mudança do clima nos sistemas humanos e naturais.
- e) Adaptação são as mudanças e substituições tecnológicas que reduzam o uso de recursos e as emissões por unidade de produção, bem como a implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros.

**30.** Márcio, Técnico Judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, se depara com a seguinte situação num gabinete do tribunal: pilhas e baterias sendo descartadas em lixo comum, em conjunto com resíduos de escritório, como papel e plásticos.

Muito conhecedor das leis ambientais brasileiras, Márcio informa à sua chefia corretamente que, no Brasil,

- a) Os consumidores são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno de pilhas e baterias ao setor produtivo/empresarial.
- b) Embora as pilhas e baterias sejam materiais sujeitos à logística reversa, o serviço de coleta seletiva tem a função de separação desses materiais antes da destinação final ambientalmente adequada em aterro sanitário, não sendo necessária a segregação na fonte.
- c) Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa de pilhas e baterias devem manter atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.
- d) Assim como pneus, lâmpadas e papel, as pilhas e baterias sujeitam-se à chamada logística reversa, devendo ser devolvidas ao setor empresarial/produtivo após o uso.
- e) É vedado ao titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa, aplicando-se o princípio do poluidor-pagador.



**31.** A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Nesse contexto, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade:

- a) não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- b) não geração, redução, tratamento, reutilização, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- c) não geração, redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- d) não geração, reutilização, redução, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- e) não geração, reutilização, reciclagem, redução, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

**32.** André, servidor efetivo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, faz parte da unidade de sustentabilidade do tribunal, a qual tem a função de assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento da Resolução CNJ nº 400/2021.

É correto afirmar que a unidade de sustentabilidade

- a) Deve ser subordinada diretamente à Presidência, à Secretaria-Geral ou à Diretoria-Geral do órgão do Poder Judiciário.
- b) Deve ser composta por ao menos três servidores nos tribunais com 5.000 servidores do quadro de pessoal.

c) Tem competência para deliberar sobre os indicadores e metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

d) Propõe a revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS).

e) Deve elaborar o relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável (PLS).

### **NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE**

*Géssica Ehle*

**33.** João, por se sentir violado em determinada situação, decidiu constituir advogado para entrar com uma ação contra sua amiga Fernanda, que foi prontamente citada, tornando-se parte do processo e podendo contestar tal acusação. Contudo, Fernanda se deparou, ao acessar a tramitação processual, com uma decisão intempestiva do Juiz, alegando ser questão de ordem pública e interesse coletivo. Nesse caso, considerando os direitos e garantias fundamentais,

- a) Fernanda poderá alegar que o juiz feriu o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, por proferir uma sentença previamente à sua defesa.
- b) por se tratar de matéria de ordem pública, o juiz poderá proferir uma sentença previamente, visando o bem comum.
- c) ainda que por questão de ordem pública, Fernanda deveria ser avisada previamente sobre a sentença, para que possa, mesmo depois, exercer seu direito de defesa.
- d) João não é legitimado para adentrar com uma ação cujo objeto atinja a coletividade.
- e) Fernanda poderá entrar com um recurso, ainda que a decisão tenha sido legítima.

**34.** Dois policiais que dividem apartamento começaram a analisar condutas suspeitas por parte do seu vizinho que diariamente recebia em sua residência a visita de pessoas diversas que sequer adentravam o apartamento, apenas havendo uma troca de objetos e olhares. Por não ter câmeras no hall do andar e utilizando das impressões sobre as aparências dos visitantes e a estranheza que caracteriza as visitas os policiais decidiram adentrar ao local alegando o flagrante delito. Nesse caso a conduta pode ser considerada

- a) Ilícita, já que os policiais não podem adentrar em hipótese alguma em um domicílio sem que haja a devida ordem judicial.
- b) lícita, pois considera-se nessa situação a existência do flagrante delito presumido, já que os policiais utilizaram das suas experiências para atuar.
- c) ilícita, pois os policiais só poderiam atuar se estivessem diante de um flagrante delito no momento em que estivesse trabalhando.
- d) ilícita, pois a atuação dos policiais não configura um flagrante delito, ainda que haja indícios de atuação ilegal alegado por eles.
- e) ilícita, pois o domicílio só poderá ser adentrado durante o dia, em caso de flagrante delito.

**35.** Luciano, brasileiro, 26 anos, cometeu um crime passível de condenação e prisão na Espanha, durante o julgamento Luciano retornou para o Brasil, posteriormente, a justiça espanhola, após decidir sobre a condenação do réu, solicitou ao Ministério da Justiça brasileiro que a condenação fosse reconhecida pela Justiça brasileira e que a pena fosse cumprida no Brasil. Dessa forma, o pedido foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça para que fosse julgado, assim, decidiu o STJ a luz dos preceitos fundamentais:

- a) Luciano só poderá ser condenado na Espanha, já que o crime ocorreu lá.
- b) Luciano poderá ser extraditado se o crime cometido possui natureza de crime comum.

- c) O Brasil poderá extraditar Luciano tendo em vista sua condenação em outro país.
- d) Luciano só será preso no Brasil se houver uma nova condenação.
- e) O Brasil poderá homologar sentença espanhola sem prejuízo aos preceitos fundamentais, não sendo permitida a extradição de Luciano.

**36.** Submarino alemão afundou o barco pesqueiro Changri-lá matando dez pescadores em julho de 1943, durante a II Guerra Mundial, em mar territorial brasileiro, nas proximidades de Cabo Frio (RJ). Em 2001, o Tribunal Marítimo reconheceu, oficialmente, que a causa do naufrágio fora o torpedeamento da embarcação pelo submarino U-199 alemão, levando os netos e as viúvas dos netos de um dos pescadores a ajuizar, em 2006, a ação em face da República Federal da Alemanha para que os indenize pelas mortes. Sobre o exposto, julgue os itens a seguir a partir do que decidiu o Supremo Tribunal Federal.

- I. O Estado brasileiro, nas suas relações internacionais, de acordo com o artigo 4º, inciso II, da Constituição Federal, será regido pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, o qual dispõe que, a partir da Constituição de 1988, os atos de gestão praticados por Estado estrangeiro passaram a ser passíveis de questionamento na Justiça brasileira.
- II. O julgamento do caso resultou no entendimento de que houve legítimo ato de império decorrente do exercício do direito à soberania estatal legitimada pelos tempos de guerra.
- III. Diante da violação aos direitos humanos praticada por Estado estrangeiro, dentro do território nacional, há que se mitigar a imunidade de jurisdição.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) Nenhuma das assertivas

**37.** Certo professor de Direitos Humanos afirmou, em aula, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos era totalmente infensa à tortura. Um aluno, no entanto, insurgiu-se contra essa assertiva sob o argumento de que a Declaração reconhecia que toda pessoa humana está imersa no agregado social, logo, o interesse individual nem sempre sobrepujava o coletivo, o que justificaria a prática da tortura em situações específicas, como os casos de guerra declarada.

À luz dos termos da referida Declaração, é correto afirmar que

- a) o conceito de pessoa humana decorre do reconhecimento do indivíduo em sociedade, logo, o aluno está certo
- b) excepcionalmente a tortura será admitida, sobretudo diante de crimes de gravidade extrema, ou que ameacem a soberania do Estado
- c) a tortura do ser humano nega sua própria condição humana, logo, o professor está certo
- d) o professor está certo, a tortura não pode ser admitida quando inexistir indícios de autoria e prova da materialidade
- e) a declaração não é um tratado, pois veio editada sob a forma de uma simples Resolução (217-A), de modo que suas disposições são meros conselhos aos estados partes, e, além disso, não prevê proscrição da tortura.

**38.** Ao findar do ano de 1948, diante do cenário de atrocidades que permearam a Segunda Guerra Mundial, restou editada a Resolução 217-A, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Tal Declaração assumiu importante papel pacificador, alastrando a ideia de que era preciso que se identificasse elementos comuns à pessoa humana, que os Estados soberanos concordassem em garantir um mínimo a todas as pessoas para que pudessem manter uma vida em dignidade. Nesse sentido, quanto aos dispositivos da DUDH, assinale a alternativa correta.

- a) Prevê que todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança privada
- b) Define que ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, exceto em tempos de guerra declarada
- c) Ainda que se trate de uma Declaração de Direitos, assegura que o indivíduo terá deveres para com a comunidade
- d) Ninguém pode ser preso, detido ou exilado
- e) É instrumento de notória importância para os direitos de terceira geração uma vez que os reconhece extensivamente

**39.** Sobre o Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), é incorreto afirmar que não autoriza a suspensão dos direitos

- a) de personalidade
- b) à vida
- c) de circulação
- d) políticos
- e) ao nome

40. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

II. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

III. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Herbert Almeida*

41. A Secretaria de Saúde do Estado Gama publicou um edital de contratação de profissionais de saúde para atuar em uma nova unidade hospitalar. Após a conclusão do processo seletivo, foi identificado que houve erro quanto às formalidades do procedimento. Diante dessa situação, a equipe jurídica da Secretaria de Saúde avaliou que o erro não afetou a validade do processo seletivo, pois todos os demais requisitos legais foram cumpridos, e decidiu propor a convalidação do ato administrativo para corrigir o vício de forma.

Acerca da convalidação dos atos administrativos, assinale a opção correta:

- a) a convalidação sempre será possível, ainda que cause prejuízo a terceiros, mas desde que o interesse público seja preservado.
- b) os atos administrativos que contenham vício em relação ao sujeito serão passíveis de convalidação, ainda que se trate de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- c) quando a forma for essencial para a prática de determinado ato, a convalidação será possível, desde que não prejudique terceiros.
- d) a convalidação atinge os elementos discricionários do ato, razão pela qual não é possível convalidar um ato vinculado.
- e) a convalidação mantém os efeitos produzidos pelo ato, regularizando-o desde a sua produção, em decorrência de seus efeitos retroativos.

**42.** João é servidor federal estável e pretende se inscrever em programa de pós-graduação stricto sensu, cuja carga horária é incompatível com o concomitante exercício de seu cargo público. Nessa situação, com base no que dispõe a Lei nº 8.112/1990:

- a) o servidor ficará impossibilitado de participar do referido programa, podendo se candidatar a outro curso que possua carga horária compatível.
- b) a Administração fica vinculada ao deferimento do pedido, caso o servidor comprove o impedimento de conciliar a realização do curso com o exercício de suas funções.
- c) João pode participar do programa, mantendo a sua remuneração apenas se exercer simultaneamente seu cargo durante o período do curso.
- d) para participar de programas de doutorado, João deverá comprovar que exerce suas funções no órgão ou entidade por no mínimo dois anos.
- e) se concedido o afastamento, João poderá se afastar de seu cargo, mantendo a sua remuneração, e, após seu retorno, deverá permanecer no exercício das suas funções públicas pelo mesmo período em que tiver ficado afastado.

**43.** Considere que José, servidor federal do Tribunal Regional Federal da Yª Região, praticou ato ilícito no exercício de suas funções. Ficou comprovado o nexo causal entre sua conduta e os danos materiais e morais causados à Maria, e foi descartada a ocorrência das causas excludentes de responsabilidade civil. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que Maria deve ingressar com ação indenizatória em face de (o, a):

- a) José, agente que causou diretamente o dano, com base em sua responsabilidade objetiva, sendo desnecessária a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta.
- b) União, fundamentado na teoria da dupla garantia e da responsabilidade objetiva, não havendo necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente.
- c) União, incidindo a responsabilidade civil subjetiva, em que não há necessidade de se comprovar dolo ou culpa do agente.
- d) Tribunal Regional Federal da Yª Região, com base na responsabilidade civil objetiva, não havendo qualquer hipótese de responsabilização da União por atos ilícitos cometidos por seus agentes.
- e) Tribunal Regional Federal da Yª Região, com base na teoria do risco integral, sendo necessária a comprovação apenas de culpa por parte do agente, para que o ente possa ser responsabilizado.

**44.** Considere que determinado prefeito municipal, visando a beneficiar um membro de sua família, facilita a locação de imóvel por preço superior ao de mercado. Como resultado, o erário municipal sofreu prejuízo significativo devido ao valor da locação. Não houve comprovação de que o prefeito percebeu vantagem patrimonial para adotar a conduta. Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021) e da jurisprudência dos tribunais superiores:

- a) por se tratar de agente político, o prefeito não poderá responder por ato de improbidade, caso também seja responsabilizado por crime de responsabilidade, em razão da vedação constitucional ao *bis in idem*.
- b) o prefeito estará sujeito à multa civil equivalente ao valor do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 12 anos.
- c) a ação de improbidade contra o Prefeito municipal deverá se iniciar no Tribunal de Justiça, em razão do foro por prerrogativa de função dessa autoridade.
- d) ainda que não seja agente público, o membro da família do Prefeito, beneficiado pela conduta, poderá responder em ação de improbidade, independentemente de ter induzido ou concorrido para a prática do ato, bastando a demonstração da obtenção da vantagem ilícita.
- e) se houver pedido de indisponibilidade dos bens, os réus responderão de forma solidária, admitindo-se o bloqueio do débito total em relação a cada um dos envolvidos no ato de improbidade.

**45.** Os poderes administrativos representam prerrogativas conferidas aos agentes públicos para que o Estado possa alcançar os seus fins. Nesse sentido, o poder adotado pela autoridade responsável quando edita ato administrativo disciplinando a forma de fornecimento de informações públicas para a sociedade, com o objetivo de dar fiel execução às leis é o:

- a) vinculado, que determina a atuação da autoridade em situações gerais e abstratas.
- b) disciplinar, que fundamenta a edição de atos internos.
- c) de polícia, que regula o âmbito interno da administração pública.
- d) discricionário, havendo sempre margem de liberdade para exercer ou não as suas competências.
- e) normativo, por se tratar de situação de caráter geral e abstrato.

**46.** A autoridade administrativa Alfa, responsável pelas decisões em órgão da administração federal direta, está implementando um plano de otimização de seus processos administrativos para aumentar a eficiência e a agilidade na prestação de serviços públicos. Como parte desse plano, a autoridade e sua equipe estão avaliando a possibilidade de delegar ou avocar algumas atribuições à autarquia federal.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta:

- a) não é possível a delegação de competências no âmbito dos processos administrativos.
- b) a delegação de competências pode ser feita ainda que não haja relação hierárquica entre os órgãos e entidades envolvidos, como se observa na situação descrita.
- c) a avocação definitiva poderá ser feita mediante expressa autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- d) o ato de delegação não precisa mencionar o prazo de sua duração, desde contenha ressalva de exercício da atribuição delegada.
- e) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade podem ser objeto de delegação.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*João Trindade*

**47.** Considere que Marie nasceu na França, quando seus pais, brasileiros naturalizados, lá estavam em passeio de férias. Registrada na repartição brasileira competente, Marie foi também reconhecida com nacionalidade francesa, segundo as regras daquele país, ostentando, portanto, dupla nacionalidade.

Este ano, desiludida com a perda da Copa América pela seleção masculina de futebol, Marie decidiu renunciar à nacionalidade brasileira.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Marie pode renunciar à nacionalidade brasileira, desde que o faça de maneira expressa.
- b) A nacionalidade, como direito fundamental que é, ostenta a característica da irrenunciabilidade.
- c) Marie apenas deixaria de ser brasileira se se naturalizasse em outro país.
- d) Marie poderia renunciar à nacionalidade brasileira, mediante pedido expresso, ainda que ostentasse somente essa nacionalidade
- e) Como Marie é brasileira naturalizada, poderia perder a nacionalidade em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

**48.** Wesskkleysson, prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta, está em seu segundo mandato consecutivo à frente da prefeitura. Sabendo estar inelegível para o cargo de prefeito de Alfa nas eleições de 2024, e conhecedor de sua fama no município vizinho de Zeta, decide para lá transferir seu domicílio eleitoral, na expectativa de candidatar-se a prefeito de Zeta nas eleições de 2024.

Ao consultar sua assessoria jurídica acerca dessa possibilidade, foi-lhe esclarecido corretamente que:

- a) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, uma vez que sua inelegibilidade atinge apenas o território de Alfa
- b) não poderá candidatar-se a prefeito nas eleições de 2024, mesmo que em outro município
- c) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, mas não poderá concorrer à reeleição
- d) poderá candidatar-se a prefeito de Zeta, desde que renuncie ao cargo atual até seis meses antes do pleito
- e) encontra-se inelegível para qualquer cargo nas eleições de 2024

**49.** Johannes, senador, reuniu-se com mais 25 colegas para assinar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa a instituir o direito social de acesso à internet banda larga em todo o território nacional.

A proposição foi apresentada durante situação de calamidade pública, quando uma epidemia de grandes proporções assolava todo o território nacional.

Posta em votação, a proposta foi aprovada em turno único, por unanimidade, durante reunião conjunta das Casas do Congresso Nacional, sendo, no mesmo dia, sancionada pelo Presidente da República.

Em relação a essa tramitação, pode-se afirmar que houve vício em relação:

- a) à iniciativa, aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva
- b) à iniciativa, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- c) aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- d) à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- e) à iniciativa, aos limites circunstanciais e à forma de aprovação, apenas

**50.** John, prefeito municipal, teve suas contas de gestão objeto de parecer contrário do Tribunal de Contas do Estado Beta. Diante desse quadro, a assessoria jurídica de John o alertou de que:

- a) esse parecer prévio será objeto de apreciação pela Câmara Municipal, que somente poderá contrariá-lo por 2/3 dos seus membros.
- b) essa decisão é definitiva, estando John inelegível
- c) essa decisão tornar-se-á definitiva, se não for apreciada em até 60 dias pela Câmara Municipal
- d) esse parecer prévio será objeto de apreciação pela Câmara Municipal, que poderá rejeitá-lo por maioria simples

e) essa decisão é definitiva, não estando John, porém, inelegível

**51.** Considere que Mary é governadora do Estado Beta; Maricota é Presidente da República; Marie é Procuradora-Geral da República; e Maria é prefeita.

Nesse contexto, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que tais autoridades serão processadas e julgadas, nas infrações penais comuns, pelos seguintes tribunais, respectivamente:

- a) STJ, STF, STJ e TJ
- b) TJ, STF, STF e TRF
- c) TJ, STF, STF e TJ
- d) STJ, STF, STJ e TRF
- e) STJ, STF, STF e TJ

**52.** Sinforosa é desembargadora do TRF6 e foi acusada por setores da sociedade de negar prioridade na sustentação oral a uma advogada grávida, violando, assim, a legislação que rege a matéria. Inconformada com a atuação da desembargadora, a advogada resolveu apresentar uma reclamação disciplinar contra ela no Conselho Nacional de Justiça, sendo informada, corretamente, que:

- a) o CNJ possui competência para receber e conhecer da reclamação
- b) a competência exclusiva para apreciação do tema é da Corregedoria do TRF6
- c) os desembargadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos
- d) o CNJ possui competência para receber e conhecer da reclamação, desde que comprovada a inação da corregedoria do TRF6
- e) a competência exclusiva para apreciação da matéria é do STJ.



**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO***Stefan Fantini*

**53.** O processo organizacional é composto por quatro Funções Administrativas, função planejamento, organização, direção e controle. Pode-se dizer que a função planejamento envolve, dentre outras, a seguinte ação:

- a) Dividir o trabalho e atribuir as responsabilidades.
- b) Estabelecer os objetivos e definir os meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.
- c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.
- d) Conduzir os trabalhos para que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.
- e) Monitorar as atividades e fazer as correções necessárias.

**54.** O planejamento realizado pelo nível institucional, que envolve a organização como um todo, e tem foco no longo prazo é o

- a) planejamento estratégico
- b) planejamento tático
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento gerencial

**55.** Suponha que o TRF-1 tenha analisado, em 2022, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2023, tenha analisado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2022 para 2023, o TRF-1 foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

**56.** O líder, através de uma comunicação efetiva, apresenta o poder de influenciar pessoas a atingirem objetivos que estão além de seus próprios interesses. Com o objetivo de explicar o funcionamento do processo da liderança surgiram algumas teorias da liderança, dentre elas a Teoria de Estilos de Liderança conhecida como “Os Três de White e Lippitt”. Para essa Teoria, existem três diferentes estilos de liderança. O estilo de liderança em que o líder centraliza toda a tomada de decisões, é dominador, impõe suas ordens e não há qualquer tipo de delegação aos liderados é conhecido como

- a) Liderança Democrática
- b) Liderança Cesarista
- c) Liderança Pactuada
- d) Liderança Liberal
- e) Liderança Autocrática

**57.** Conforme a teoria de Maslow, as necessidades de autorrealização estão relacionadas à realização potencial do indivíduo e, por isso, encontram-se:

- a) na base da pirâmide de Maslow
- b) no meio da pirâmide de Maslow
- c) abaixo das necessidades sociais
- d) no topo da pirâmide de Maslow
- e) logo após as necessidades fisiológicas

**58.** Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material. A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como:

- a) analítica;
- b) não programada;
- c) intuitiva;
- d) programada;
- e) ponderada.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E  
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravvella*

59. No contexto da administração pública municipal, a prefeitura de Serra Azul está implementando o Orçamento-Programa como parte de sua estratégia para melhorar a eficiência e eficácia do gasto público. A cidade enfrenta desafios significativos devido a um aumento na demanda por serviços sociais e infraestrutura. O prefeito e sua equipe de gestão estão avaliando diferentes aspectos do Orçamento-Programa para garantir que os recursos sejam alocados de acordo com as prioridades estratégicas. Considerando os fundamentos e técnicas do Orçamento-Programa, está correto o que consta em

- a) O Orçamento-Programa é fundamentalmente uma listagem de despesas e receitas, sem necessidade de vínculos claros com os objetivos estratégicos do governo municipal.
- b) O Orçamento-Programa deve ser elaborado sem uma análise prévia dos resultados anteriores dos programas, focando apenas nas necessidades futuras.
- c) O Orçamento-Programa deve integrar um processo de planejamento que relacione os recursos com os objetivos de longo prazo, utilizando indicadores de desempenho para avaliar a eficácia dos programas.
- d) A técnica de orçamento-programa prioriza a alocação de recursos baseada na disponibilidade de fundos, independentemente das metas de desempenho dos programas.
- e) No Orçamento-Programa, a participação dos cidadãos é considerada desnecessária, visto que a técnica é baseada estritamente em critérios técnicos e administrativos.

60. Durante a elaboração do orçamento anual, um deputado federal propôs uma emenda ao projeto de lei orçamentária anual (LOA) para alocar recursos significativos para a construção de um novo hospital em sua região. No entanto, a proposta levantou questões sobre sua conformidade com o Art. 166 da Constituição Federal, que regula emendas ao orçamento. Avalie as seguintes afirmações sobre a admissibilidade de tal emenda e identifique a correta:

- a) A emenda é admissível, pois não necessita estar acompanhada de indicação dos recursos correspondentes, desde que o projeto do hospital já esteja incluído no plano plurianual.
- b) A emenda é inadmissível, pois todas as emendas ao orçamento devem ser rejeitadas se implicarem aumento de despesa, exceto aquelas destinadas à correção de erros ou omissões, ou aquelas implicadas por veto anterior.
- c) A emenda é admissível se indicar as fontes de recursos necessárias para sua execução, mesmo que isso implique aumento de despesa, desde que compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- d) A emenda é inadmissível, pois emendas de aumento de despesa só são permitidas para programas e ações que não tenham dotações orçamentárias.
- e) A emenda é admissível apenas se alocar recursos de um projeto existente para outro, mantendo o mesmo montante total de despesa, sem aumentar o déficit orçamentário.

**61.** O Município de Vale das Águas aprovou um crédito adicional suplementar para a expansão de uma escola municipal, devido ao aumento inesperado no número de matrículas. A administração municipal utilizou recursos provenientes de excesso de arrecadação para abrir este crédito adicional. De acordo com a Lei nº 4.320/64, qual é a afirmativa CORRETA sobre a utilização e a legalidade desta ação?

- a) O crédito adicional suplementar não pode ser aberto utilizando recursos de excesso de arrecadação, pois estes recursos devem ser exclusivamente destinados à reserva de contingência.
- b) Créditos adicionais suplementares não necessitam de autorização legislativa quando financiados por excesso de arrecadação, sendo assim a ação do município está correta.
- c) A abertura de crédito adicional suplementar utilizando excesso de arrecadação é permitida, desde que haja prévia autorização legislativa e os recursos sejam efetivamente disponíveis.
- d) Créditos adicionais suplementares devem ser exclusivamente financiados por superávit financeiro do ano anterior, tornando a ação do município ilegal.
- e) A utilização de excesso de arrecadação para abrir créditos adicionais suplementares é legal, mas somente para despesas que não envolvam educação, saúde ou segurança.

**62.** A Prefeitura de Rio Claro está revisando seu orçamento para o próximo exercício financeiro e precisa classificar suas despesas públicas de forma adequada, conforme as normas de classificação institucional. Durante o processo de revisão, a equipe de planejamento se depara com a necessidade de alocar recursos para diferentes secretarias e órgãos municipais, garantindo transparência e eficiência na aplicação dos recursos. Considerando a classificação institucional da despesa pública, assinale a alternativa correta:

- a) A classificação institucional das despesas públicas é feita apenas para os órgãos da administração direta, não se aplicando às autarquias e fundações públicas.
- b) A classificação institucional das despesas públicas deve ser feita de acordo com a natureza econômica da despesa, dividindo-se entre despesas correntes e de capital.
- c) A classificação institucional das despesas públicas organiza os gastos por funções e subfunções de governo, sem levar em conta os órgãos responsáveis pela execução das despesas.
- d) A classificação institucional das despesas públicas identifica a unidade orçamentária e a entidade responsável pela execução do gasto, permitindo um controle mais preciso sobre a aplicação dos recursos.
- e) A classificação institucional das despesas públicas é determinada pela origem dos recursos, especificando se são provenientes de impostos, taxas ou contribuições.

**63.** O Município de Nova Esperança está finalizando o processo de elaboração de seu orçamento anual e precisa classificar suas receitas públicas conforme a 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Durante esse processo, surgiram dúvidas sobre a correta identificação e alocação das receitas por fonte/destinação, bem como por natureza. Considere as normas e práticas estabelecidas no MCASP e escolha a alternativa correta sobre a classificação da receita pública por fonte/destinação:

- a) As receitas de operações de crédito devem ser classificadas como receitas correntes, pois são utilizadas para financiar as atividades diárias do governo.
- b) As receitas de transferências correntes são aquelas recebidas de outros entes federativos para aplicação em despesas de capital, como investimentos em infraestrutura.
- c) As receitas patrimoniais incluem aluguéis, dividendos e receitas de aplicações financeiras e devem ser classificadas como receitas de capital.
- d) As receitas tributárias, como impostos, taxas e contribuições de melhoria, devem ser classificadas exclusivamente como receitas correntes.
- e) As receitas de capital incluem as receitas provenientes da alienação de bens, transferências de capital e amortização de empréstimos concedidos, devendo ser classificadas conforme a sua origem e aplicação específica.

**64.** A Prefeitura de Mirante Verde identificou a necessidade de realizar pequenas despesas urgentes para a manutenção de serviços públicos essenciais. Para isso, a administração municipal decidiu utilizar o mecanismo de suprimento de fundos. Considerando a legislação aplicável, qual das seguintes ações é correta em relação à utilização de suprimento de fundos?

- a) O suprimento de fundos pode ser concedido a qualquer servidor público, independentemente de cargo ou função, desde que autorizado pela chefia imediata.

- b) Os recursos de suprimento de fundos podem ser utilizados para despesas de qualquer natureza, incluindo pagamento de salários e encargos sociais.
- c) O suprimento de fundos deve ser prestado contas pelo responsável no prazo de 60 dias após a sua aplicação, conforme previsto no Decreto nº 93.872/1986.
- d) O suprimento de fundos pode ser concedido a servidor responsável por almoxarifado ou tesouraria, desde que a despesa seja urgente e não possa aguardar os procedimentos normais de execução orçamentária.
- e) A concessão de suprimento de fundos deve ser previamente autorizada pela autoridade competente, e a prestação de contas deve ocorrer no prazo de 30 dias após a aplicação dos recursos ou no prazo estabelecido pela autoridade competente, conforme a legislação.

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

*Renan Araújo*

**65.** Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, ainda que sua vigência seja posterior à cessação da permanência.
- b) Consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras, públicas ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- c) A abolitio criminis faz cessar a execução da pena e todos os demais efeitos da condenação, penais ou extrapenais.
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, desde que o agente ingresse no território nacional.
- e) Considera-se praticado o delito apenas no lugar em que praticada a conduta, no todo ou em parte, ainda que outro seja o lugar do resultado.

**66.** Acerca do concurso de agentes, assinale a alternativa correta:

- a) O código penal adotou, como regra, a teoria pluralista no que tange à punibilidade no concurso de agentes.
- b) As condições e circunstâncias objetivas sempre se comunicam entre os agentes, não se exigindo que tenham entrado na esfera de conhecimento do comparsa.
- c) Na cooperação dolosamente distinta o agente que quis participar de crime menos grave responderá pelo crime menos grave do qual aceitou participar.
- d) Na participação de menor importância a pena pode ser diminuída de um terço a dois terços.
- e) Para que a conduta do partícipe seja punível, é necessário que a conduta do autor configure pelo menos um fato típico, ilícito e culpável.

**67.** Acerca da prescrição, é correto afirmar que:

- a) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 02 anos, quando a multa for a única cominada.
- b) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 04 anos, quando a multa for a única aplicada.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 02 anos, em qualquer caso.
- d) O curso da prescrição é interrompido pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- e) O prazo prescricional é reduzido pela metade quando o infrator era, ao tempo do fato, menor de 25 anos, ou, ao tempo do trânsito em julgado da sentença, maior de 70 anos.

**68.** Thomas, servidor do TRF1, recebeu de Fabiano a seguinte proposta: R\$ 2.000,00 em dinheiro para retardar indevidamente a juntada de determinada petição aos autos, de forma a beneficiar a defesa de Fabiano. Thomas aceita a promessa e efetivamente retarda a juntada da petição. Porém, Fabiano não realiza o pagamento prometido.

Nesse caso, é correto afirmar que Thomas e Fabiano praticaram, respectivamente, os crimes de:

- a) corrupção passiva consumada, majorada em um terço, e corrupção ativa consumada, majorada em um terço.
- b) corrupção passiva consumada, sem majoração, e corrupção ativa tentada, sem majoração
- c) corrupção passiva consumada, com majoração, e corrupção ativa consumada, sem majoração
- d) corrupção passiva consumada para ambos
- e) corrupção passiva tentada para ambos

**69.** Thales, primário e de bons antecedentes, foi abordado por Policiais Rodoviários Federais na barreira de fiscalização localizada logo após a ponte da amizade, na fronteira com o Paraguai. Na oportunidade, os agentes policiais encontraram 800 maços de cigarro que haviam sido trazidos por Thales do Paraguai, sem que o condutor tivesse autorização legal para a importação.

Nesse caso, a conduta de Thales configura:

- a) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- b) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- c) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância.
- d) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Mero ilícito administrativo, sem repercussão na esfera criminal.

**70.** Daniel, Eduardo e Jonas realizavam um furto a uma agência da Caixa Econômica Federal quando ouviram a sirene de uma viatura de polícia que se aproximava do local. Assim, empreenderam fuga, oportunidade na qual Eduardo e Jonas conseguiram escapar, mas Daniel foi preso em flagrante após perseguição pelos agentes policiais. Na delegacia, Daniel foi indagado acerca das circunstâncias do crime, bem como se teria agido sozinho ou em concurso de agentes. Daniel, para acobertar os comparsas, assumiu sozinho a autoria delitiva.

Nesse caso, em relação à conduta praticada na delegacia, Daniel:

- a) praticou o crime de denúncia caluniosa
- b) praticou o crime de comunicação falsa de crime ou contravenção
- c) praticou o crime de autoacusação falsa de crime
- d) praticou o crime de fraude processual
- e) não praticou crime

### **LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

*Antônio Pequeno*

**71.** De acordo com a Lei nº 13869/2019 (Lei de abuso de autoridade), o tipo de ação penal nos crimes elencados nessa lei é:

- a) Ação Penal de iniciativa privada personalíssima
- b) Ação Penal de iniciativa privada exclusiva
- c) Ação Penal Pública condicionada à representação
- d) Ação Penal Pública incondicionada
- e) Ação Penal Pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça

**72.** Um servidor público, reincidente, foi condenado novamente pelo crime de abuso de autoridade, conforme a Lei nº 13869/2019 é correto afirmar que ele poderá ter como efeito da condenação:

- a) A suspensão do exercício do cargo pelo período de um a seis meses, com perda de vencimentos e vantagens.
- b) A prestação de serviços à comunidade
- c) A pena de reclusão
- d) Poderá ter como efeito da condenação, dentre outros, a perda do cargo, caso o magistrado venha declarar de forma motivada na sentença.
- e) Poderá ter como efeito da condenação, dentre outros, a inabilitação pelo período de dois anos a cinco anos.

**73.** Em relação aos crimes de abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação da prova configura abuso de autoridade.
- b) São penas restritivas de direitos a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a suspensão temporária e sem vencimentos do cargo, função ou mandato, as quais podem ser aplicadas de forma autônoma ou cumulativa.
- c) Apenas membros de Poderes podem ser sujeitos ativos de tais infrações penais, excluída a possibilidade da prática por procuradores municipais.
- d) A ação penal nos crimes de abuso de autoridade é pública condicionada à representação.
- e) A perda do cargo público e a inabilitação temporária para o exercício de função pública são efeitos automáticos da condenação.

**74.** De acordo com a Lei nº 7716/1989 e suas alterações (Preconceito de raça ou cor) marque a alternativa correta sobre o crime de injúria racial

- a) É um crime apenado com pena de detenção
- b) Ação penal é condicionada à representação
- c) Envolve elementos referente a raça, cor, etnia, religião e procedência nacional
- d) A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de 2 (duas) ou mais pessoas
- e) Será qualificada a injúria racial se for praticada mediante o concurso de pessoas.

**75.** Um indivíduo, com intenção de ofender a dignidade, chamou um colega de trabalho de macaco. Nessa situação hipotética e com base na Lei Nº 7716/1989, marque a alternativa correta:

- a) Ele responderá pelo crime de injúria, conforme o art. 140, § 3º, do Código Penal.
- b) Ele responderá pelo crime de difamação.
- c) Ele responderá pelo crime de calúnia
- d) Ele responderá pelo crime de injúria racial, conforme a Lei Nº 7716/1989.
- e) Ele não responderá criminalmente.

## **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

*Ricardo Torques*

**76.** Acerca dos juizados especiais cíveis estaduais, assinale a alternativa correta, considerando a Lei nº 9.099/95 e a jurisprudência dos tribunais superiores:

- a) O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- b) A contestação, que será escrita, conterà toda matéria de defesa, exceto arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.

c) No momento da defesa, o réu poderá formular pedido contraposto, ainda que não fundado nos mesmos fatos.

d) O recurso da sentença será interposto no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição oral ou escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

e) Nos juizados especiais, a conciliação não poderá ser conduzida pelo Juiz togado, apenas por juiz leigo ou conciliador.

**77.** Patrícia ingressou com uma ação contra Antônio. Na petição inicial havia o pedido de gratuidade da justiça, que foi deferido pelo Juiz. Antônio, que conhece o padrão de vida de Patrícia, sabe que ela não se encaixa nas hipóteses de concessão do benefício. Sendo assim, o réu poderá impugnar:

a) Na contestação, na réplica ou nas contrarrazões de recurso, não podendo ser manejado por meio de petição simples.

b) Apenas na contestação, sob pena de preclusão.

c) Na contestação e na réplica, podendo ainda ser manejado por meio de petição simples, com suspensão do processo.

d) Na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.

e) Apenas por petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 dias, sem suspensão do processo, sob pena de preclusão.

**78.** Quanto à prova pericial prevista no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.
- b) O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo de até 15 dias para a entrega do laudo.
- c) Os peritos e os assistentes técnicos estão sujeitos a impedimento ou suspeição.
- d) A perícia consensual não substitui a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.
- e) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida. A segunda perícia substitui a primeira quanto aos critérios de análise.

**79.** Amélia, residente de São Paulo, tomou conhecimento que Joaquim, residente de Franca-SP, estava ocupando irregularmente um imóvel de sua propriedade em Ribeirão Preto-SP. Visando extinguir essa situação, Amélia entra com uma ação reivindicatória contra Joaquim, ajuizando a demanda na comarca de Franca. Sobre a situação:

- a) Tratando-se sobre direito real, Amélia poderia escolher entre o local de domicílio do réu ou o lugar da coisa.
- b) Caso houvesse foro de eleição em São Paulo, seria possível Amélia ajuizar a demanda ali, em decorrência do princípio da vontade das partes.
- c) Não havendo arguição sobre a competência na contestação de Joaquim, haverá a prorrogação da competência.
- d) Amélia poderia optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de situação da coisa.
- e) O juiz deverá declarar a incompetência de ofício.

**80.** Raiane, credora, descobre que Aline, devedora, pretende vender o único bem em seu nome, um carro, a fim de conseguir dinheiro para mudar de país. Por essa razão, decide entrar com uma tutela cautelar antecedente para resguardar o direito de satisfazer o seu crédito. Diante dessa situação:

- a) Concedida a tutela, essa torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.
- b) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- c) A decisão que concede a tutela não fará coisa julgada, mas a estabilidade dos respectivos efeitos só será afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes
- d) Devido à urgência da demanda, as partes não estão sujeitas a audiência de conciliação ou de mediação.
- e) A eficácia da tutela concedida em caráter antecedente será cessada apenas caso o juiz julgar improcedente o pedido principal formulado pelo autor ou extinguir o processo sem resolução de mérito



## Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. A despeito de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando o caráter meramente motivador do fragmento de texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo que responda ao seguinte questionamento: **é possível aliar crescimento econômico e preservação ambiental?**

*A redação deverá ser redigida em gênero dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) linhas.*

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---